

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SEJUF - 2019

A Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF) é responsável pela formulação e implementação de diretrizes e políticas que busquem garantir os direitos fundamentais, a justiça, a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e assistência social, visando a superação da condição de vulnerabilidade social e a melhoria da qualidade de vida em diversas áreas.

Essa nova configuração organizacional está sendo consolidada após a reestruturação administrativa de maio de 2019, a qual promoveu a junção das atribuições, competências e estruturas da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos e da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, criando a Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF), que passou a atuar de forma plural no âmbito de nove grandes políticas: Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; Proteção, Defesa, Educação e Orientação ao Consumidor; Sistema de Atendimento Socioeducativo; Política de Trabalho, Emprego e Renda; Política Estadual de Assistência Social; Política Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Política Estadual para Promoção dos Direitos e Inclusão da Pessoa com Deficiência; Política Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher; e Política Estadual dos Direitos do Idoso.

Neste contexto e visando fortalecer as políticas públicas de justiça e garantias de direito a SEJUF contribui para a constituição de Comitês, Conselhos e outras instâncias deliberativas, promovendo o diálogo em espaços democráticos para garantir a participação da sociedade civil, tendo vinculados à sua estrutura os Conselhos de Direitos, que são órgãos colegiados compostos por representantes da sociedade civil e do poder público incumbidos da formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de garantia de direitos.

Há muitos desafios para garantir a institucionalização e a implementação dos direitos fundamentais por meio de políticas públicas capazes de atender às demandas e que venham coibir recorrentes violações de direitos humanos, exclusões, preconceitos, opressão de qualquer tipo, persistência do trabalho escravo, práticas de tortura, resistência aos direitos dos quilombolas, indígenas e outros povos tradicionais e, tendo como ponto de partida as considerações tecidas anteriormente, primordialmente acerca do caráter plural da SEJUF, as atividades e serviços que

compõe o seu programa são multifocais. Durante o desenvolvimento de tais ações evidencia-se que, nos últimos anos, a consolidação do conjunto de direitos conquistados e construídos historicamente no Paraná foram ampliados, de modo a acolher os grupos mais vulneráveis ou com particularidades que ensejem atenção especial do Estado. Ainda há muito a ser feito com a finalidade de reverter a situação de vulnerabilidade social de grande parte da população paranaense, o que, contudo, deve ser visto como uma oportunidade de avanços sociais ainda maiores.

São diversos os desafios rumo às garantias dos direitos fundamentais de justiça, cidadania, dignidade da pessoa humana e valores sociais do trabalho e assistência social, visando a superação da condição de vulnerabilidade social e a melhoria da qualidade de vida das famílias paranaenses. Nesse sentido, a SEJUF atua na elaboração de políticas e ações que possam promover a preservação dos direitos humanos e sociais e a garantia das liberdades individuais e coletivas, a defesa dos segmentos LGBT+, migrantes e refugiados, povos indígenas e comunidades tradicionais, população em situação de rua, enfrentamento ao tráfico de pessoas, defesa dos direitos da mulher, da pessoa idosa, da pessoa com deficiência, proteção e defesa do consumidor e a proteção às vítimas, testemunhas, crianças e adolescentes ameaçados de morte, independente de raça, cor, etnia, origem, gênero, idade, orientação sexual, orientação religiosa, a partir da interlocução com a sociedade civil organizada, contribuindo para a justiça social e principalmente reconhecendo o grande poder transformador de uma família saudável, bem como reconhecer quando esse ambiente deixa de ser protetor e se torna um local de risco principalmente para crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas e com deficiência, as quais são, primordialmente, os que mais sofrem com a falta de estrutura familiar, desigualdade social e pobreza.

Tudo isso traduz e explicita os grandes desafios e o esforço que deve ser empreendido pelo Estado no que diz respeito à proposição de um novo padrão de sociabilidade pautado nos princípios que regem os direitos fundamentais e a justiça social. Para tanto, a SEJUF desenvolve suas ações pautada no fortalecimento das políticas públicas, integrando as ações, otimizando os recursos financeiros disponíveis, fortalecendo a gestão dos municípios paranaenses e principalmente ampliando a qualidade do atendimento ao cidadão, promovendo sua participação no desenvolvimento de um Estado mais eficiente, com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade social.

Além da estrutura central da SEJUF, a atuação está descentralizada por meio dos 24 Escritórios Regionais (ERs) que assessoram os 399 municípios do Estado, efetivando a estratégia de atuação mais próxima dos municípios e da população, apoiando e assessorando os gestores municipais na busca conjunta de bons resultados. Integram, também, a estrutura sob a gestão direta da SEJUF: 19 Centros de Socioeducação, 09 Casas de Semiliberdade, o Centro Estadual de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná (CEIM/SEJUF), o Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM) a Agência do Trabalhador de Curitiba (centro) e o PROCON-PR (em Curitiba).

A SEJUF tem em sua estrutura a Escola de Educação em Direitos Humanos (ESEDH), que é a responsável por organizar as capacitações, em conjuntos com as áreas afins. Foram realizados, até outubro, 140 eventos formativos, em colaboração com os departamentos que compõem a Secretaria da Justiça, Família e Trabalho. Foram mais de 5.000 participantes entre servidores estaduais, municipais, conselheiros de direitos e lideranças comunitárias. Destaca-se, em 2019, o lançamento do livro Educação em Direitos Humanos: História, Epistemologia e Práticas Pedagógicas.

Dentre os Programas/Projetos sobre a responsabilidade da SEJUF está o Projeto Paraná em Ação, Programa Luz Fraterna, Programa Família Paranaense (parceria BID) e Programa Paraná Seguro (parceria SESP/BID).

A SEJUF está utilizando a tecnologia para facilitar e agilizar a interface com as pessoas. Destaca-se, além das plataformas de atendimento, o APP Paraná Serviços, que permite contato entre trabalhadores autônomos prestadores de serviços e pessoas que desejam contratar. O APP Paraná Solidário - o primeiro aplicativo do Brasil criado especialmente para promover a doação direta entre os cidadãos e as entidades beneficentes.

Este relatório será subdividido em grandes temas, a saber:

- 1) Garantia de Direitos - onde serão abordadas as ações ligadas as seguintes políticas/áreas: Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; Proteção, Defesa, Educação e Orientação ao Consumidor; Política Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Política Estadual para Promoção dos Direitos e Inclusão da Pessoa com Deficiência; Política Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher; e Política Estadual dos Direitos do Idoso;

- 2) Socioeducativo - ações que compõem o Sistema de Atendimento Socioeducativo;
- 3) Trabalho, Emprego e Estímulo à Geração de Renda - Política de Trabalho, Emprego e Renda;
- 4) Assistência Social - Política Estadual de Assistência Social e Programa Família Paranaense.

1. *Garantia de Direitos*

A SEJUF é a Secretaria que reúne o maior número de Conselhos, sendo: 14 conselhos de direitos, 06 comitês, 01 colegiado de gestores municipais e uma comissão de intergestores, que tratam de diferentes áreas do interesse público, funcionando como espaços de participação e controle social. Asseguram a participação da sociedade, onde é possível compartilhar informações, dar voz a quem vive os problemas, dando visibilidade e ao mesmo tempo buscando construir soluções para superá-los. Os Conselhos ligados à SEJUF que receberam apoio, assessoramento técnico e custeio de despesas (estrutura, viagens, diárias) foram: a) Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná (COPEP); b) Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR); c) Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná (CPICT/PR); d) Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA/PR); e) Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual (COPEAS); f) Conselho Estadual de Defesa do Consumidor (CONDEF); g) Conselho Gestor do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (CONFECON); h) Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda (CETER); i) Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/PR); j) Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PR); k) Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COEDE/PR); l) Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM/PR); m) Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (CEDI/PR); n) Conselho Estadual de Juventude do Estado do Paraná (CEJUV). O Conselho de Ação Solidária (CAS) está em fase de implantação; enquanto o Conselho Estadual de Proteção a Vítimas de Abuso Sexual (COPEAS) encontra-se em fase de criação.

São 679 conselheiros titulares e suplentes, mais 55 gestores da assistência social que fazem parte do Colegiado de Gestores da Assistência Social (COGEMAS/Paraná) e outros seis membros gestores atuando no Comitê Intergestor Bipartite (CIB).

O projeto Paraná em Ação (Lei n.o 16.583/2010) tem a finalidade de oferecer serviços que promovam cidadania, defesa de direitos e inclusão social da população, as principais atividades do Paraná em Ação são a realização dos Eventos Paraná Cidadão e Programa Criança e Adolescentes Protegidos (feiras de serviços). Foram realizados 23 eventos em 2019, sendo realizados mais de 265 mil atendimentos, superando em mais de 66,5% os números do ano anterior. O Paraná Cidadão passou neste ano pelos municípios Campo Magro, Piraquara, Porto Barreiro, Nova Aurora, Mandirituba, Palotina, Carlópolis, Porecatu, Assaí, Clevelândia, Jaguariaíva, Querência do Norte, Rondon, Santa Isabel do Oeste, Almirante Tamandaré, Jandaia do Sul, Guaraniaçu, Colombo, União da Vitória, Guaratuba, Campo Largo, Cascavel e Santa Helena. Para 2020, o planejamento é dobrar os atendimentos realizados em 2019. Para os municípios acima de 200 mil habitantes os eventos do Paraná em Ação são nominados como Governo nos Bairros.

Em relação às Políticas de Garantias de Direito, a SEJUF atuou em atividades relacionadas à formulação e implementação de diretrizes e políticas, à articulação, orientação técnica, capacitação, e execução das ações especializadas, bem como no gerenciamento de repasses de recursos destinados às políticas ligadas a Secretaria. Para melhor visualização as ações foram divididas em função do público alvo prioritário das políticas. Ressalta-se que uma ação pode impactar em mais de um público alvo por serem transversais.

Destaca-se a elaboração da proposta final do Projeto Recebimento e Gestão de denúncias direcionadas ao Conselho Permanente de Direitos Humanos (COPEDH) e pelo Disque 100 à SEJUF e a estruturação da Minuta de Decreto para regulamentação e implementação do Conselho Estadual de Proteção a Vítimas de Abuso Sexual (COPEAS) como exemplos da atuação em atividades que visam a formulação e implementação de diretrizes e políticas.

1.1 *Garantia de Direitos*

Criação do Pacto Infância Segura - estratégia interinstitucional para o desenvolvimento de ações integradas destinadas ao aprimoramento do sistema de garantias, à estruturação das redes

de proteção e ao aperfeiçoamento do sistema de justiça, destinados ao atendimento e à proteção da criança e do adolescente vítima ou testemunha de crimes e, também, à prevenção e repressão dos crimes e violências contra elas praticados. Assinam em conjunto o Governador do Estado do Paraná; Secretários de Estado da SEJUF; da Segurança Pública (SESP), da Educação e do Esporte (SEED), da Saúde (SESA); Polícia Militar do Estado do Paraná; Polícia Civil do Paraná; Polícia Científica do Estado do Paraná; Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente (NUCRIA); Núcleo de Combate aos Crimes (NUCIBER); Disque-Denúncia 181; Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA); Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ/PR); Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude (CONSIJ); Corregedoria-Geral da Justiça e o Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná.

Como um dos resultados do Pacto Infância Segura instituiu-se formalmente a Força-Tarefa Infância Segura (FORTIS), que integra as políticas públicas dos sistemas de justiça, segurança pública, assistência social, educação e saúde, mediante ações articuladas, coordenadas e efetivas para o acolhimento e o atendimento integral às crianças e aos adolescentes vítimas de crimes e violências. Surgiu da necessidade de unir esforços governamentais para realizar trabalho integrado de prevenção e combate a crimes e violências contra crianças e adolescentes. Todos esses profissionais passam a agir, por exigência legal, como garantidores dos direitos das crianças e dos adolescentes, no sentido de evitarem o risco de prática de violências, detectarem eventuais violações e comunicarem de forma urgente os fatos relatados para que se adotem pelos órgãos e poderes competentes medidas de proteção e assistência às vítimas, a preservação da prova, a investigação e individualização e responsabilização do agressor criminoso. Ocorreram ações de interiorização da FORTIS nos municípios de Londrina, Pontal do Paraná, Paranaguá, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão. Destaca-se a viabilização de recursos, por meio do Programa Paraná Seguro/BID para aquisição de 10 veículos para a FORTIS, que realizará ações com interface com os Centros da Juventude.

Operações Integradas de Proteção às Crianças e Adolescentes; são operações ostensivas de fiscalização, conscientização e estímulo à denúncia, foram realizadas em Curitiba, Região Metropolitana e Litoral. Entre as operações destacam-se as de conscientização (Carnaval, Marcha para Jesus, Corpus Christi); de Combate a Pedofilia pelo NUCRIA; de Prevenção e Combate ao Trabalho Infantil; Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Fiscalização de Vans Escolares Clandestinas.

Em relação ao enfrentamento à violência contra Crianças e Adolescentes foram realizadas várias ações com intuito de capacitar, replicar, compartilhar informações com os diversos atores da rede de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente. Entre os temas abordados estão: Saúde Mental, *Internet* e Jogos Eletrônicos: do *Hobby* à Dependência e à Violência; Uso de Tecnologias de Informação e Comunicação por Crianças, Adolescentes, Jovens e Adultos; Infância Segura nos Municípios: Governo e Sociedade articulados em redes para a proteção integral à criança e ao adolescente; Criança e Adolescente prioridade sim!; Como estruturar o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência?; O Abuso e a exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Consolidação e Práticas em Rede: Debates sobre a Lei n.o 13.431/2017.

O Estado do Paraná aderiu ao Programa Reconecte, do qual o Desafio Detox Digital faz parte, que promove a mobilização e conscientização nacional sobre a utilização ética, saudável e segura dos recursos tecnológicos digitais. Visa alertar sobre os riscos subjacentes ao uso da tecnologia, oferecendo conhecimento científico para a população leiga a respeito dos limites e dos riscos envolvidos no manejo diário de *smartphones*, *tablets*, computadores e outros aparelhos eletrônicos conectados à *internet*. Foi realizada Blitz Educativa, e o Seminário Reconecte: Criança, Adolescente e Família na Era Digital.

Foi realizada a reedição da Campanha Não Engula o Choro, material impresso e vídeos que divulgam como perceber sinais de violência contra crianças e adolescentes e impressão de 20 mil exemplares do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Outra diretriz da SEJUF é desenvolver e apoiar projetos e ações que busquem resgatar a cultura infantil. Espaços em que as famílias possam estar juntas, brincar, interagir, propiciando o contato com a natureza e o fortalecimento dos vínculos familiares, dentre estas ações estão o Família no Parque, Piá na Natureza e Piá no Meio Ambiente.

Criança e Adolescente Protegidos - Emissão de carteiras de identidade para atendimento a crianças e adolescentes da rede pública de educação. Realizados junto ao Paraná Cidadão e nos Postos de Identificação, em 40 municípios paranaenses, tendo emitido 60 mil carteiras de identidade -parceria entre Tribunal de Justiça do Paraná; SEJUF, SESP/Instituto de Identificação do Paraná; SEED; Prefeituras/Secretarias Municipais de Educação.

Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM/PR) - Gestão do Convênio com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e com a Associação para a Vida e Solidariedade - entidade executora do Programa, acompanhamento

técnico do Programa e assessoramento ao Conselho Gestor do PPCAAM. Foram atendidas 157 crianças e adolescentes (out/2019).

Realizados os repasses, por meio do FIA, para Programas e Projetos que atendem crianças e adolescentes. Para o Programa de Atenção às Famílias dos Adolescentes Internados por Medida Socioeducativa (AFAI) foram 18 municípios que receberam recursos; Aprendizagem Profissional para sete municípios; Enfrentamento a Violência foram 26 municípios; Prevenção ao Uso de Álcool e Outras Drogas foram 10 municípios; Fortalecimento das Ações Voltadas à Primeira Infância para 44 municípios; Programa Crescer em Família 11 municípios, Fortalecimento de Programas de Qualificação Profissional para Adolescentes foram 16 municípios e 13 municípios receberam recursos para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Destacam-se os recursos repassados, por meio do FIA, a 111 municípios com intuito de fortalecer a estrutura dos Conselhos Tutelares municipais, assegurando assim uma melhor condição de trabalho aos Conselhos.

Além disso, foram realizadas várias atividades/ações de divulgação, mobilização e sensibilização em favor das Garantias de Direitos de Crianças e Adolescentes, foram cerca de 40 eventos/oficinas com a participação de aproximadamente 12.000 pessoas. Foram abordados temas como: relações conflituosas em escolas; violências contra crianças; redes de proteção; o ECA e sua importância no cotidiano; Negligência; prevenção às drogas e o protagonismo nas escolas; práticas restaurativas; *bullying* e as violências e Trabalho infantil.

1.2 Pessoa Idosa

O Estado do Paraná aderiu, em 2019, à Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa (EBAPI), instituída por meio do Decreto Federal n.º 9.328, de 3 de abril de 2018, uma ferramenta inovadora e necessária ao enfrentamento dos desafios do envelhecimento populacional. Promover e proporcionar o caminho para o envelhecimento ativo, saudável, cidadão e sustentável da população, por meio da oferta de ambientes e de serviços mais amigáveis à pessoa idosa, conscientizar sobre a importância de promover e integrar políticas públicas voltadas à qualidade de vida e dignidade por meio da intersetorialidade orientadora da ação municipal e estadual, garantir os direitos contidos no Estatuto do Idoso, propor políticas públicas a partir das especificidades da população para consolidar as políticas de Assistência Social visando a

longevidade da pessoa idosa. Até outubro, 50 municípios paranaenses fizeram adesão à EBAPI. O intuito é sensibilizar os 399 municípios a aderirem à Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa.

Criação e implementação do projeto 60+ e daí?, tendo alcançado mais de 2.500 pessoas. O público alvo são grupos de pessoas idosas e suas famílias, organizados pela sociedade civil (grupos de igrejas, associação de moradores, ginástica, artesanato) que participam de oficinas onde são abordados temas como: a) saúde - funcionamento do SUS e planos de saúde; b) transporte - transporte coletivo municipal, interestadual e supervisão desses direitos; c) previdência - critérios básicos para aposentadoria e canais disponíveis para dúvidas; d) assistência social - Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Centros Dia, de Convivência, inclusão em programas sociais; e) cultura - acesso a teatro, cinema; f) direitos do consumidor - problemas diversos envolvendo o consumidor, como os crimes bancários e empresas de telecomunicação, tais como canais para garantia desses direitos; dentre outros assuntos inerentes. Também é abordado o funcionamento do Disque Idoso e do Disque Denúncia, como canais para orientações, sugestões e queixas.

Com intuito de apoiar e assessorar os municípios e os conselhos municipais, instrumentalizando-os para a realização das conferências municipais e para a elaboração de estratégias relacionadas à construção de políticas públicas direcionadas ao envelhecimento, foram realizadas 26 capacitações e oito webconferências. Como resultado deste trabalho, foram realizadas conferências relativas à política da pessoa idosa em 391 municípios do Paraná, que equivale a 97,99% de alcance da meta. O tema que norteou as conferências, conforme diretriz do Governo Federal, foi Os Desafios de Envelhecer no Século XXI e o papel das Políticas Públicas. Nas conferências municipais os trabalhos foram divididos por eixos: a) Direitos fundamentais na construção/efetivação das políticas públicas de Saúde; b) Direitos fundamentais na construção/efetivação das políticas públicas de Assistência Social e Previdência; c) Direitos fundamentais na construção/efetivação das políticas públicas de Moradia e Transporte; d) Direitos fundamentais na construção/efetivação das políticas públicas de Cultura, Esporte e Lazer; e) Educação: assegurando direitos e emancipação humana; f) Enfrentamento da Violação dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa; e g) Os Conselhos de Direitos: seu papel na efetivação do controle social na geração e implementação das políticas públicas. As propostas elencadas nas conferências municipais subsidiarão a Conferência Estadual a ser realizada em 2020, bem como

será a base para a construção do novo Plano Estadual para a Pessoa Idosa a ser elaborado em 2020.

Estabelecida parceria com a CELEPAR para viabilizar o curso para utilização de *smartphone* por pessoas idosas, para diversos grupos de convivência.

Revisão do projeto Território da Juventude para que estes espaços possam ser utilizados de maneira intergeracional, jovens e pessoas idosas compartilhando e convivendo nos mesmos espaços. Foi realizada readequação do projeto (planta), bem como concepção de metodologia para criação de Centros de Convivência Intergeneracionais, adequados a Tipificação dos Serviços do Sistema único de Assistência Social (SUAS). Foi aprovada a modificação do Projeto nos Conselhos e a implantação deve iniciar em 2020.

Destaca-se a viabilização de recursos, por meio do Banco de Projetos do CEDI/ FIPAR, para o projeto da Instituição Ação Social do Paraná, que deverá inaugurar o Centro de Convivência de Idosos em Curitiba no ano de 2020.

Em alusão ao Dia Internacional do Idoso, foi realizado evento em parceria com a CELEPAR, com a participação de 380 pessoas de instituições de Curitiba e RMC (São José dos Pinhais, Colombo, Pinhais e Campo Largo). Confraternização e aprendizado por meio da tecnologia com intervenções artísticas, ginástica laboral, palestras diversas e *workshop* para uso de *smartphone* visando melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa do Estado do Paraná.

1.3 Mulher

Elaboração de Protocolo de Identificação de Casos de Femicídio para o Estado do Paraná, este protocolo é específico para o Estado, nesta elaboração participaram além da SEJUF, a Secretaria de Estado da Saúde (SESA), a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), Ministério Público do Paraná, Tribunal de Justiça do Paraná, OAB e o Conselhos dos Direitos da Mulher. O intuito é unificar e padronizar, ou seja, normatizar e instrumentalizar as ações dos entes envolvidos na identificação e investigação de casos de feminicídio no Estado do Paraná.

Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM) acolhimento a mulheres em situação de violência doméstica realizou 566 atendimentos jurídico e psicossocial com orientações e informações a mulheres, até setembro/2019.

Capacitação para sanar dúvidas referentes à implantação do Botão do Pânico - 15 municípios participantes. Em set/2019, nove municípios estavam utilizando os serviços e seis encontravam-se em fase de implantação.

As Unidades Móveis (Ônibus Lilás), que são unidades itinerantes para divulgação e sensibilização quanto a situações de violência contra as mulheres, bem como atendimento especializado a mulheres em situação de violência, percorreram 92 municípios com 720 atendimentos especializados e 10.113 visitantes - distribuição de material de divulgação e explicação sobre os serviços ofertados (dados set/2019).

Impressão de cartilhas, *banners*, *flyers*, cartazes, marcadores de livros com orientações sobre a violência doméstica e a prevenção.

Foram realizadas diversas ações voltadas a divulgação, sensibilização e capacitação quanto aos Direitos da Mulher, tais como:

- Oficina Fortalecimento da Auto Estima - realizada com o objetivo de conscientização dos direitos da mulher e prevenção à violência doméstica, com 85 mulheres catadoras de lixo reciclável em situação de violência doméstica e vulnerabilidade social e com as idosas do Asilo São Vicente de Paulo (150 participantes).
- Ação de rua com orientações e distribuição de material contra o feminicídio, no dia 22 de julho, com o ônibus lilás, campanha Nenhuma a Menos, em 28 municípios.
- Ações voltadas aos Direitos da Mulher, inclusão social e capacitação profissional. *Workshop* Beleza com Propósito, capacitou mulheres na área da beleza, visando ampliar as possibilidades de inserção, reinserção e permanência no mundo de trabalho para mulheres de baixa renda familiar; oficina com mulheres no Ceasa Paraná para ensinar a fazer geleias e proporcionar a geração de renda familiar - Projeto Mulher Independente
- Oficinas para Desenvolvimento Humano e Social em parceria com a entidade Humsol (combate ao câncer de mama) para capacitação de 75 mulheres em duas oficinas.
- Ação em Parceria com SESC Cidadão. Conscientização de Direitos, combate e prevenção à violência doméstica. Distribuição de material gráfico e atendimento psicológico.

- Evento Movimenta Preta em homenagem ao dia da Mulher Negra, encontro com 140 mulheres com palestras voltadas ao combate de suicídios de mães de crianças autistas.
- Capacitação para 19 municípios - Jornada em Políticas Públicas Enfrentamento da Violência contra as Mulheres;
- Capacitação com o tema Conselhos Municipais da Mulher com intuito de sensibilizar os municípios sobre a importância da existência e participação ativa dos Conselhos na Defesa e Garantia dos Direitos da Mulher, webconferência direcionada a todos os municípios;

Destaca-se, em 2019, a proposição de Lei para criação do Fundo Estadual da Mulher que tem por finalidade a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados a proporcionar o suporte financeiro na implantação, na manutenção e no desenvolvimento de programas, projetos e ações voltados a promoção e defesa dos direitos das mulheres no âmbito do Estado do Paraná e a proposição de Decreto que dispõe sobre a obrigatoriedade de reservar até 2,0% (dois por cento) das vagas de emprego, das empresas prestadoras de serviços ao Poder Público Estadual, para mulheres em situação de violência doméstica.

1.4 Pessoas com Deficiência

Foram emitidas aproximadamente 5.000 carteiras do Programa Passe Livre - A Lei n.º 18.419/2015 assegura o benefício de isenção tarifária nos transportes coletivos intermunicipais para pessoas com deficiência e renda familiar *per capita* inferior a dois salários mínimos. Essa isenção se estende também às pessoas que possuem algumas doenças crônicas descritas na legislação, desde que em tratamento continuado fora do município de sua residência. Em 2019, mais 89 municípios começaram a utilizar o Sistema para emissão das carteiras, totalizando 160 municípios com processos mais ágeis e menos burocráticos.

Elaboração da Campanha Conhecendo o Autismo, composta por cinco vídeos apresentando o Transtorno Espectro Autista e suas características. Foram veiculados em redes sociais e tiveram 30.258 visualizações (novembro de 2019).

O Projeto Praia Acessível, propicia às pessoas com deficiência a possibilidade de acessar o mar ou rio, de forma segura. Muitos dos participantes só podem desfrutar dessa sensação em função do projeto. Durante a Operação Verão Paraná (dez/2018 a mar/2019) foram realizados cerca de 380 atendimentos às pessoas com deficiência nas cadeiras anfíbias nas Praias do Litoral do Paraná e na Costa Oeste (Santa Helena). Destaca-se que já está prevista a reedição do Projeto na Operação Verão 2019/2020.

Realizada assessoria para acessibilidade, libras e audiodescrição, das cartilhas e vídeos do programa Brigadas Escolares. Estes materiais são utilizados nos treinamentos de professores e estudantes para prevenção de incêndios ou outros desastres nos edifícios escolares, tornando assim as videoaulas inclusivas para pessoas surdas, cegas ou com baixa visão. Além dos vídeos, os materiais gráficos também foram reformulados para incluir orientações a estudantes surdos, com dificuldade de locomoção e alunos autistas.

Realizado *Talk Show*, dentro do Programa Qualifica da Defesa Civil Estadual, sobre legislação e metodologias de trabalho para inclusão educacional e social de pessoas com autismo. Participação de profissionais de referência nacional na área

Realizado o *Workshop* Internacional sobre Tecnologias Assistivas, com o compromisso social e científico em prol do desenvolvimento de dispositivos e sistemas que possibilitem uma vida mais independente, qualificada e inclusiva. Foram definidas linhas temáticas referentes às tecnologias assistivas para que em 2020 a Fundação Araucária possa lançar uma chamada pública para financiamento de pesquisas.

1.5 Jovens

O Projeto Juventude em Ação tem por finalidade a promoção e o oferecimento de atividades e serviços gratuitos ao público jovem, aproximando a população jovem paranaense dos projetos e serviços que estão em andamento e/ou que serão executados pelas ações governamentais, proporcionando um maior diálogo e divulgação dos programas voltados à juventude. Até o atual momento, foram realizados três eventos. Além da divulgação dos projetos/programas, em parceria com o Departamento do Trabalho, Emprego e Estímulo a

Geração de Renda, foram realizados 2.100 encaminhamentos para vagas de emprego e Programa Jovem Aprendiz.

Projeto Manda a Real - possui o objetivo de atender a necessidade de prevenção e conscientização a respeito do uso de drogas, desenvolvendo atividades que estimulem a reflexão e o aprendizado prático e lúdico. O projeto piloto contou com a participação de 350 adolescentes e jovens.

Projeto Geração Paraná - tem como objetivo principal a promoção de serviços e atividades ao público jovem, em parcerias com outros órgãos, entidades, associações e instituições. Aproximando os jovens paranaenses das políticas públicas governamentais. O 1º evento foi realizado no mês de agosto de 2019 e contou com diversos serviços públicos para atender os jovens e seus familiares. Parceiros: DETRAN-PR, Nota Paraná, Fomento Paraná, Agência do Trabalhador, entre outras atividades culturais.

O Identidade Jovem (ID Jovem), é um programa criado pelo Governo Federal, que dá direito aos jovens de usufruir a meia-entrada em eventos culturais, esportivos e artísticos, além da reserva de assentos em viagens interestaduais (ônibus, trens e barcos de classe convencional), direito a isenção em concursos públicos e vestibulares de universidades e institutos federais. Está sendo intensificada a divulgação desta possibilidade nos municípios do interior do Estado. Ao total, foram realizados 2.297 atendimentos e encaminhamento aos Centros de Referências Municipais (CRAS), além de 900 alunos das escolas rurais do Estado que poderão ter acesso a estes benefícios.

Desenvolvimento de ações, em conjunto com o Conselho Estadual de Juventude, com a finalidade de sensibilizar os municípios para criação de Conselhos Municipais da Juventude.

1.6 Migrantes e refugiados

Recepção e acolhida a migrantes e refugiados venezuelanos - programa de interiorização do Governo Federal, deslocamentos assistidos de venezuelanos. O Paraná foi o 3º Estado que mais recebeu venezuelanos. Esta é uma ação conjunta da Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Cidadania, Organização Internacional para Migrações (OIM), Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Ação Social do Paraná e SEJUF.

Foram interiorizados no Paraná 12,0% do total de venezuelanos que chegaram ao Brasil. Foram 1.846 pessoas, sendo 58,0% homens e dentre estes, 16,0% menores de 18 anos. Entre as mulheres (42,0%), 15,0% são menores de 18 anos. Destaca-se que 75,0% são grupos familiares e 25,0% viajam sozinhas. (Fonte: Força Aérea Brasileira e OIM - ONU Migração - período: janeiro a agosto 2019).

Copa do Mundo dos Refugiados - realizada em parceria com: OAB, Prefeitura de São José dos Pinhais, UFPR, Cáritas Regional, OIM, ONG África do Coração e ACNUR. A competição de futebol aconteceu em agosto, em Curitiba e São José dos Pinhais. Formada por oito times de refugiados de diferentes países que vivem no Brasil e 144 atletas, com 900 participantes.

Oficinas de Formação: Assistência à População Migrante - realizadas em Cascavel, Curitiba e Toledo, pela Assistência à População Migrante, Organização das Nações Unidas para Migrações (OIM), Defensoria Pública da União e Cáritas Paraná, para técnicos da FAS/PMC e SEJUF. Participação de 62 pessoas.

Apoio ao evento Fórum Empresarial de Empregabilidade e Empreendedorismo para Migrantes e Refugiados, realizado pelas Agências da ONU para Migrações (OIM) e para Refugiados (ACNUR); e à Feira Gastronômica e Empreendedorismo - com a participação de migrantes e refugiados de 12 países, com aproximadamente 600 visitantes.

Oficina com a Fundação de Ação Social (FAS) - para a capacitação de profissionais do nível central, Centros Pop, CRAS, CREAS. Participaram 43 pessoas.

Centro Estadual de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná - CEIM/SEJUF - foram realizados 4.932 atendimentos buscando apoio para: regularização documental, solicitação de refúgio, vaga de trabalho, abrigo (moradia), ajuda com alimentos e roupas, aulas de português, revalidação de diplomas, informações sobre documentos, atendimento psicossocial, encaminhamento ao CRAS e OIM, atendimento de saúde, visto de reunião familiar, defensoria pública da união, rede educação, certidões consulares, tradução juramentada, delegacia/boletim de ocorrência, Carteira de motorista (DETRAN) CONARE, NPJ-UNICURITIBA, naturalização, 1ª via CTPS/agendamento, cursos gratuitos, 1º RG/filhos de imigrantes, regularização de CPFs inválidos, vagas em creches, xenofobia no trabalho, elaboração de currículos, etc. (janeiro a setembro de 2019).

1.7 *Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*

Dentro da Campanha Coração Azul foram realizadas diferentes ações, entre as quais destacam-se: sensibilização de Ministros Evangélicos do Conselho de Ministros Evangélicos do Paraná (COMEP), sobre o tema tráfico de pessoas para adesão à Campanha; atividade voltada à terceira idade da Central Integrada de Apoio Familiar com Missão Integral (CIAF) - Projeto GATI, conscientizando sobre o crime de tráfico de pessoas, assédio por meio virtual, assédio pessoal e de familiares, como agir, como solicitar ajuda; VI Seminário Internacional da Tríplice Fronteira (Foz do Iguaçu), intervenção - Ponte Internacional da Amizade - Foz do Iguaçu, em parceria com: Coordenação da Câmara Técnica de Tráfico de Pessoas de Foz do Iguaçu, Cáritas, Infraero, Ministério Público do Paraná e Polícias Federal, Militar, Civil, Polícia Rodoviária Federal, Ministério Público do Paraguai e Guarda Nacional; ação de impacto no Aeroporto Afonso Pena, sensibilização sobre tráfico de pessoas durante a semana de avivamento bíblico da Primeira Igreja Batista de Curitiba, ação junto a População em Situação de Rua - Centro de Curitiba, distribuindo materiais da Campanha Coração Azul, visitas às empresas: Electrolux, Nokia e COPEL para sensibilização e divulgação da campanha, realização do 3º Seminário de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao Trabalho Escravo em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal. No total, foram 61.210 pessoas participantes.

Em relação ao acompanhamento de denúncias de tráfico de pessoas foram 39 pessoas por tráfico internacional; 28 por exploração laboral da prostituição, 07 por trabalho em condição análoga de escravo, 26 por desaparecimento/tráfico de crianças, 02 por tráfico de drogas e exploração sexual e 10 por adoção ilegal. As vítimas são originárias do Suriname, Nova Zelândia, Espanha, Portugal, China, México, Peru, Austrália, Suriname e Paraguai.

1.8 *Promoção da Igualdade Étnico-Racial*

A Primeira edição do evento Movimenta Preta, contou com a participação de 100 pessoas, nas atividades artísticas e culturais, que objetivaram: sensibilizar entes públicos e a sociedade em geral e dar visibilidade ao dia 25 de julho - Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha.

Audiência Pública sobre Estatuto da Igualdade Racial do Paraná - visando estabelecer diretrizes para a construção e a execução de políticas públicas que combatam a discriminação racial no Paraná. O Estatuto será um instrumento legal para definir as diretrizes de políticas públicas, propor a criação do Fundo Estadual de Promoção da Igualdade Racial, que atuará na implementação de políticas públicas para promover a igualdade de condições e a inclusão social da população negra, das comunidades indígenas e dos outros segmentos étnicos minoritários. A audiência contou com representantes do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e de movimentos negros.

Consulta Pública sobre o Estatuto da Igualdade Racial do Paraná - realizada pela SEJUF e Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR), para contribuição da sociedade na construção final do Estatuto. Tanto a Consulta, quanto a Audiência Pública tinham o intuito de ampliar o debate, com maior participação da população. Foram aproximadamente 50 (cinquenta) sugestões encaminhadas para apreciação.

Está prevista a realização de Curso de Capacitação para Conselheiras e Conselheiros do CONSEPIR e Conselho Estadual dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais (CPICT), em 2019.

1.9 Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Videoconferência com profissionais das políticas de assistência social, educação e saúde de 17 Escritórios Regionais da SEJUF e servidores das prefeituras municipais. O objetivo foi estimular a participação popular nas discussões, proposições, elaborações e auxílio na implementação e fiscalização das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável dos povos indígenas e comunidades tradicionais no Paraná. Realização SEJUF, Conselho Estadual dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais (CPICT).

1.10 LGBT

Levantamento Realidade LGBT no Paraná - realizado pelo Comitê LGBT, SEJUF/DEDIF, trata-se da primeira pesquisa sobre as entidades, coletivos e movimentos sociais LGBT do Estado. As informações serão usadas para conhecer melhor as instituições localizadas no interior do Estado, além de obter informações sobre a comunidade LGBT para a promoção de políticas públicas estaduais.

Realização do Encontro sobre Empregabilidade LGBT, em conjunto com o Ministério Público do Trabalho (MPT), foram aproximadamente 15 (quinze) empresas participantes. Há a perspectiva da elaboração do Pacto da Inclusão do LGBT no Mercado de Trabalho.

Videoconferência com servidores que atuam nas Unidades Socioeducativas do Paraná, sobre a política LGBT na socioeducação, como adequar o protocolo de atendimento ao adolescente LGBT, buscando expor os principais conceitos e explicando as principais dúvidas aos profissionais. Ao todo, foram inscritos 110 profissionais das 27 Unidades Socioeducativas.

1.11 População em Situação de Rua

Realização de debate aberto sobre moradia/habitação, com o Projeto *Housing First* - Moradia Primeiro, objetivando adesão de possíveis parceiros governamentais e ou sociedade civil, para a implantação do mesmo. Por meio da Campanha da Fraternidade 2019 da Igreja Católica, com a Mitra e o Instituto Nacional dos Direitos da População em Situação de Rua (INRUA), foi possível o início da implantação em Curitiba, com três habitações, beneficiando os primeiros moradores.

Realização de encontro para discutir sobre o CENSO POPRUA - com a presença de vários municípios, objetivando sensibilizar para fazerem censos municipais com o foco em pessoas em situação de rua.

Criada a Carta de Proposições 2019 do CIAMP Rua/PR - para orientação aos órgãos Estaduais e Municipais, sobre as prioridades a serem realizadas na Proteção e Defesa dos Direitos Fundamentais para as Pessoas em Situação de Rua.

Articulação para o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua - Resistimos nas Ruas! Existimos no Censo? Nas ruas sonhamos com uma vida melhor.

Finalização do Relatório das Prefeituras, incluindo o levantamento dos dados do CADÚnico de todos os municípios do Paraná, relativo às pessoas em situação de rua que estão cadastradas, para ser publicado e publicizado junto às prefeituras. Destaca-se a importância dos dados levantados em função da invisibilidade desta população dentro dos instrumentos de gestão. Na medida que os dados não são identificados e mensurados, há fragilidade na elaboração de políticas públicas.

1.12 Consumidor

Foram atendidos, pelo PROCON-PR e pelos PROCONs Municipais integrados ao SINDEC 153.728 consumidores. Pelos PROCONs que utilizam o Sistema DPC (também para acolhimento de reclamações), foram realizados 30.460 atendimentos, que resulta em 184.188 consumidores atendidos.

Foram realizados pelo PROCON-PR e PROCONs Municipais integrados ao SINDEC, 36.866 atendimentos para resolução de conflitos apresentados pelos consumidores (atendimentos preliminares). Com média de resolutividade de 80,0% (em relação aos maiores ofensores).

Foram realizadas, pelo PROCON-PR e PROCONs Municipais integrados ao SINDEC, 11.425 audiências, com vistas a solucionar os problemas apresentados pelos consumidores e que não foram resolvidos pelos atendimentos preliminares disponibilizados pelo PROCON-PR.

Foram fornecidas, pelo PROCON-PR (gestão Estadual), 44.384 orientações por telefone e e-mail para sanar dúvidas e orientar quais os procedimentos devem ser tomados pelos consumidores e quais seus direitos e deveres nas relações de consumo e elaboradas 4.138 decisões administrativas, que correspondem a processos com aplicação de sanção de multa, processos subsistentes sem possibilidade de aplicação de sanção administrativa e ainda encerrados.

A Plataforma consumidor.gov.br faz parte do Plano Nacional de Defesa do Consumidor (PLANDEC) e tem como foco principal a universalização do atendimento ao consumidor brasileiro e paranaense, possibilitando a reclamação por meio da *internet* de forma rápida e eficaz. Foram realizados, pelos consumidores paranaenses, 68.925 registros na plataforma em 2019, o que representa um aumento de aproximadamente 40,0% em relação ao mesmo período em 2018

(dados de janeiro a outubro de 2019). Isto ocorreu em função do aumento da divulgação da possibilidade de se utilizar esta plataforma para dar entrada as reclamações, o que agiliza o atendimento e facilita para ao cidadão que não precisa se deslocar até uma unidade do PROCON para acessar os serviços.

2. Socioeducativo

O Atendimento Socioeducativo no Estado do Paraná é composto pelos Centros de Socioeducação de Campo Mourão, Cascavel (duas unidades); Curitiba (duas unidades, sendo uma feminina); Fazenda Rio Grande; Foz do Iguaçu; Laranjeiras do Sul; Londrina (duas unidades); Maringá; Paranavaí; Pato Branco; Ponta Grossa; Santo Antônio da Platina; Piraquara; São José dos Pinhais; Toledo e Umuarama. E as casas de Semiliberdade de Cascavel; Curitiba; Foz do Iguaçu; Curitiba; Londrina; Paranavaí; Ponta Grossa; Umuarama e Toledo.

Foram realizados pelas Unidades de Atendimento Socioeducativo do Estado 3.469 atendimentos no período de 01/01/2019 a 16/12/2019: a) 326 abrigamentos; b) 1.526 internações; c) 1.146 internações provisórias; d) 123 internações sanção; e e) 348 atendimentos de semiliberdade.

Visando ampliar e qualificar sua rede de programas e serviços voltados à inclusão social dos adolescentes em conflito com a lei, a SEJUF tem direcionado suas ações para a implantação de um aparato institucional condizente com as demandas de atendimento postas pelas diferentes regiões que constituem este Estado e em conformidade com o que estabelece a Lei n.º 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente; e da Lei n.º 12.594, de 18 de janeiro de 2012, Lei que instituiu o Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE).

O conjunto de ações que está sendo desenvolvido pauta-se em princípios e diretrizes de educação integral e emancipadora que se traduzem concretamente na concepção arquitetônica dos Centros Socioeducação, na ação sociopedagógica, no quadro e qualificação dos recursos humanos, na infraestrutura e dinâmica funcional.

2.1 Qualificação/ Capacitação Socioeducadores/ Funcionários das Unidades

Estas atividades destinam-se aos servidores que trabalham nos Centro de Socioeducação.

Grupos de estudos sobre os Cadernos de Socioeducação - videoconferências tratando dos temas dispostos nos Cadernos: bases teórico-metodológicas e práticas na Socioeducação; fundamentos da Socioeducação; rotinas de segurança; gerenciamento de crises; gestão pública do Sistema Socioeducativo; práticas restaurativas e a Socioeducação; Semiliberdade; Política LGBT na Socioeducação e prevenção ao suicídio. Participaram 230 servidores por encontro, totalizando 57 horas de estudos.

Projeto Círculos de cuidado - círculos de cuidado nas unidades socioeducativas do Estado para trabalhar as relações interpessoais dos servidores que nelas atuam, como forma de cuidado, escuta ativa e acolhida, totalizando 540 participantes.

Projeto Cidadanizarte - em 2019, foi abordado Intervenção em Saúde Mental - Aprendendo com nossas diferenças - Encontros sobre Empatia. Objetivou sensibilizar, conscientizar e capacitar os servidores das Unidades Socioeducativas sobre as práticas, metodologias e os propósitos das atividades desenvolvidas no Projeto. Parcerias: Ministério Público, Instituto Aurora, Instituto Pró-Cidadania e UFPR.

Formação continuada anual - projeto de formação continuada anual dos servidores que atuam no Sistema de Atendimento Socioeducativo do Estado do Paraná, com objetivos de discutir e qualificar o Programa de Atendimento Socioeducativo do Paraná; oferecer aos servidores atualização quanto a novos temas e legislações, capacitando-os para atender novas demandas surgidas na rotina das Unidades de Atendimento Socioeducativo; contribuir para a padronização e alinhamento de ações e procedimentos básicos de atuação dentro das Unidades de Atendimento Socioeducativo, conforme a legislação vigente, oferecendo subsídios para a execução da proposta político-pedagógica da socioeducação. A estruturação desse projeto ocorre a partir de três eixos centrais: Conceitual - fornecer os fundamentos teóricos que dão sustentação ao trabalho socioeducativo; Técnico - capacitar os profissionais do sistema socioeducativo em suas especificidades profissionais e interpessoal - potencializar a capacidade de se estabelecer relações interpessoais, mediação de conflitos e manejo de estresse, habilidades necessárias para atuação junto aos adolescentes e para o trabalho em equipe.

Socioeducação e inteligência (eixo técnico) - formação inicial para 162 servidores (diretores, diretores assistentes e agentes de segurança socioeducativa que atuam como

referência de plantão das unidades socioeducativas) para que possam atuar como agentes de inteligência, em função da crescente utilização de adolescentes pelas organizações criminosas.

Internação Provisória - realização do Seminário Estadual, com a participação de 90 servidores que atuam nos Centros de Socioeducação e atendem a medida de internação provisória e os diretores de Unidades Socioeducativas, com intuito de contribuir para a padronização e alinhamento de ações e procedimentos básicos de atuação dentro das Unidades, oferecendo subsídios para a elaboração de estudos de caso, relatórios, instrumentos pedagógicos; atendimento técnico e possibilitar a troca de experiências entre as equipes.

Política LGBT na Socioeducação - capacitação abordando conceitos iniciais referentes à discussão sobre identidade de gênero e orientação sexual; questões jurídicas sobre a adequação do atendimento socioeducativo às pessoas LGBT; questões psicológicas (como saúde mental, questão do suicídio); e a função dos profissionais das áreas de psicologia e serviço social na atenção a pessoas LGBT em privação de liberdade. Panorama sobre a Rede de Atendimento e a situação atual das políticas públicas existentes e disponíveis às pessoas LGBT no Estado do Paraná.

Arteterapia e Socioeducação - capacitação de 28 servidores para serem replicadores da metodologia da Arteterapia, que contribui para o desenvolvimento dos pressupostos da medida socioeducativa junto ao adolescente. A arteterapia favorece a possibilidade de resignificação de sua vida do sujeito ao valorizar sua expressão criativa e espontânea, além de promover o desenvolvimento de habilidades artísticas, cognitivas e sociais de modo construtivo.

Justiça Restaurativa - capacitação de facilitadores de Círculos de Construção de Paz, realizada pelo Poder Judiciário para os servidores do Sistema Socioeducativo do Estado do Paraná. O objetivo do curso é capacitar os socioeducadores para utilizar adequadamente as técnicas próprias da autocomposição, habilitando-o para a condução de círculos de construção de paz, em cenários conflitivos, observados princípios e fundamentos da Justiça Restaurativa e os ditames da Resolução n.º 225 do Conselho Nacional de Justiça (Regimento, art. 6º); formação de 60 servidores.

Socioeducação e o Trabalho com Famílias - objetiva fornecer elementos para trabalho com famílias, grupos e o entendimento da dinâmica das relações familiares, construindo novas formas de atuação para lidar principalmente com famílias em situação de vulnerabilidade social - formação de 60 servidores.

Ciclo de Capacitação em Atendimento às Crises e Urgências em Saúde Mental e intervenção em situações de risco de suicídios nas unidades socioeducativas do Paraná - promover a educação dos profissionais de acordo com os princípios da integralidade e da humanização, incluindo as situações de risco de suicídio e/ou tentativas e ideações suicidas.

Casas de Semiliberdade - capacitação diretamente relacionada às áreas de atuação, com o intuito de especializar os servidores nas funções que lhes são atribuídas, tomando como base os princípios da gestão e políticas públicas e as legislações que versam sobre a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, aperfeiçoando assim o processo de trabalho realizado pelas diferentes categorias profissionais nesta modalidade de atendimento.

2.3 Atendimento aos adolescentes

Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos Nacional PPL 2019 para adolescentes que cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade (ENCCEJA Nacional PPL) nas Unidades Socioeducativas do Estado do Paraná. Os 461 adolescentes realizaram provas objetivas, para fins de obtenção da certificação de conclusão do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio, de acordo com sua inscrição. Os participantes poderão utilizar seu desempenho no Exame como mecanismo de certificação para conclusão do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio ou para fins de obtenção de declaração parcial de proficiência. Os projetos descritos a seguir foram realizados a todos os adolescentes atendidos nos CENSES:

Aproximando famílias - projeto visa a aquisição de passagens rodoviárias para que os familiares que residam fora do município sede das unidades socioeducativas realizem visitas mensais aos adolescentes em cumprimento de internação socioeducativa e semiliberdade. São famílias cuja situação econômica está abaixo da linha de pobreza. A meta é garantir o acesso a visita para 100,0% das famílias que residam fora do município sede do CENSE pelo menos uma vez ao mês.

Porta de Saída - projeto visa garantir acompanhamento e encaminhamento sistemático dos adolescentes em fase de desligamento da medida de internação e semiliberdade, junto às políticas públicas, oferecendo-lhes maiores possibilidades de efetiva inclusão e prospecção social, e consequentemente, a redução da reincidência.

Confecção de Documentos Civil e Militar - projeto visa garantir a cidadania dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, por meio da confecção de documentos civil e militar (art. 94, inc. XIX do Estatuto da Criança e do Adolescente).

Atenção Integral à Saúde dos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa, em Regime de Internação, Semiliberdade e Internação Provisória (PNAISARI) - realiza atendimentos, articulações e ações voltadas a saúde integral dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Execução dos Cursos de Qualificação Profissional - realizados cursos de qualificação básica para os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação e semiliberdade. A oferta de cursos busca conteúdos específicos de diferentes atividades profissionais, propiciando aos adolescentes o desenvolvimento pessoal e social, para que possam reconstruir seus caminhos.

Educação na Socioeducação (PROEDUSE) - oferta da Educação Básica para adolescentes que cumprem medida socioeducativa nas Unidades de Internação e Internação Provisória, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação.

Deu continuidade à execução das obras previstas nas Deliberações nº 007/2009, 77/2012, 83/2013 e 111/2014 do CEDCA, conforme quadro abaixo:

QUADRO 1 - MUNICÍPIOS ATENDIDOS POR OBRAS QUANTO À NATUREZA DO RECURSO - OUTUBRO/2019

NATUREZA DO RECURSO	OBRAS	MUNICÍPIO
Investimento	Melhorias - CENSE (01)	Cascavel
	Construção - CENSE	Piraquara
	Construção - Casa de Semiliberdade	Maringá
	Sistema Prevenção de Incêndio -	Curitiba

	CENSE	
	Projeto de Implantação - CENSE	Pato Branco
	Projeto Implantação - CENSE (01)	Londrina
Custeio	Reparos - CENSE	Umuarama
	Manutenção Unidades Socioeducativas (todas)	Vários

FONTE: DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (DEASE) EM OUT/2019.

As obras previstas possibilitarão a criação de 168 vagas para o Sistema Socioeducativo do Estado do Paraná.

Como destaque para 2019 pode-se citar: a) o desenvolvimento da formação continuada aos servidores, qualificando a execução das medidas socioeducativas e a implantação dos Círculos de Cuidado visando a saúde mental do servidor; b) o término da obra da Casa de Semiliberdade de Toledo; c) os recursos viabilizados, por meio das deliberações do CEDCA para custear obras e projetos socioeducativos; d) os recursos viabilizados em conjunto com o Programa Paraná Seguro /BID para custear obras e projetos socioeducativos, entre eles a aquisição de 46 veículos para os Centros de Socioeducação.

Em 2020 deve ser inaugurado o CENSE Toledo e a implantação da nova proposta de Cursos de Qualificação Profissional Básica nas Unidades Socioeducativas do Estado do Paraná - presenciais, em ambientes simulados que propiciem aos adolescentes que cumprem Medida Socioeducativa de Internação e Semiliberdade nos Centros de Socioeducação e Casas de Semiliberdade do Estado do Paraná, despertar interesse pelo Mundo do Trabalho, ambos com recursos do Programa Paraná Seguro/BID.

Serão executados os projetos/programas com recursos viabilizados junto ao CEDCA/FIA: Arte e Ação: Karatê e Programa Estadual de Aprendizagem.

Serão firmados os termos de Cooperação Técnica para formalizar as ações intersetoriais do Projeto Porta de Saída, que fortalece as ações na fase de desligamento do adolescente.

Implantação do Projeto de Acompanhamento do Egresso e do Projeto Piloto de Visita Íntima (em Curitiba) para adolescentes que são casados ou em união estável, conforme determinação legal;

Realização de Concurso Público para recomposição do quadro de pessoal das Unidades Socioeducativas, atendendo o dimensionamento previsto pelo Sistema Nacional Socioeducativo, no que se refere aos profissionais da área da saúde.

3. *Trabalho e Estímulo à Geração de Renda*

Destaca-se a criação da Lei n.º 19.847, de 29 de abril de 2019 que institui o Fundo Estadual do Trabalho do Estado do Paraná (FET/PR), vinculado ao órgão responsável pela execução da Política Estadual de Trabalho, Emprego e Renda, instrumento de natureza contábil, com a finalidade de destinar recursos para a Política Estadual de Trabalho, Emprego e Renda, em consonância com o Sistema Nacional de Emprego (SINE), sendo orientado, controlado e fiscalizado pelo Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda (CETER).

Em relação à Intermediação de Mão de Obra, a Rede de 216 Agências do Trabalhador obteve, até setembro de 2019, os seguintes resultados: a) 116.446 vagas abertas, sendo o mês de setembro o de maior oferta (9.926); b) 1.503 vagas abertas exclusivamente para pessoas com deficiência; c) 3.686 vagas abertas exclusivamente para Jovem Aprendiz; d) 134.308 trabalhadores inscritos; e) 455.289 trabalhadores encaminhados a vagas de empregos; f) 76.125 trabalhadores efetivamente colocados no mercado de trabalho.

O setor de Serviços foi o responsável pelo maior número de vagas abertas, com 36.343 postos, seguido da Construção Civil com 9.883 e da Indústria de Transformação com 7.565 postos. Ao todo, o Estado soma mais de 59 mil empregos formais gerados no ano, sendo o 4º que mais gera novas vagas no País. Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Uma iniciativa inovadora de 2019 foi o lançamento do aplicativo Paraná Serviços, uma ferramenta digital que faz a intermediação entre o contratante e o prestador autônomo de serviços, para fomentar a geração de renda e retirar o trabalhador da informalidade. A ferramenta disponibiliza mais de 100 categorias de serviços autônomos. Em nove meses o *app* alcançou a marca de 30 mil *downloads* em 240 municípios do Estado. Para 2020, a perspectiva é alcançar os 399 municípios do Estado do Paraná.

Em 2019 foram capacitados aproximadamente 500 servidores da Rede de Agências do Trabalhador, sendo 38 no programa do Seguro-Desemprego e 447 no programa de Intermediação

de Mão de Obra (IMO). Nestas estão incluídas a capacitação dos servidores para atendimento aos programas do Menor Aprendiz, Jovem Aprendiz e Pessoa com Deficiência.

A Rede Estadual de atendimento ao trabalhador habilitou 277.283 trabalhadores ao benefício Seguro-Desemprego, sendo responsável por 80,0% das habilitações do Estado.

Dentro da Qualificação Profissional, a novidade de 2019 foi o Projeto Carretas do Conhecimento, parceria entre o Governo do Estado/SEJUF, Sistema FIEP/SENAI e Fundação Volkswagen. As Carretas do Conhecimento são escolas móveis que contam com infraestrutura completa para a realização de cursos de aperfeiçoamento profissional, voltados à empregabilidade e ao empreendedorismo. Além de espaços para aulas teóricas, as unidades contam com laboratórios e oficinas destinados às atividades práticas. São diversas opções de cursos de aperfeiçoamento como: panificação básica, corte e costura industrial, eletricidade predial, mecânica de automóveis e eletricidade automotiva. As oito Unidades Móveis do Sistema FIEP passarão por 46 cidades do Paraná levando educação profissional de qualidade para mais de 2.500 mil cidadãos. O projeto tem previsão de continuidade até 30 de janeiro de 2020.

Em parceria com o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) serão realizados, até março de 2020, cursos para capacitação profissional voltados a inclusão do jovem em vulnerabilidade social ao mercado trabalho (Jovem Aprendiz). São 32 municípios beneficiados, mais de 400 jovens foram qualificados em 2019, com previsão de 950 vagas até março de 2020. Os cursos ofertados são: a) relações intrapessoais e interpessoais no mundo do trabalho; b) procedimentos para estocagem de produtos e classificação; c) procedimentos para exposição de mercadorias, entrada e saída de produtos; d) demonstração de funcionamento de produtos e mercadorias.

Em parceria com a EMATER, com recursos do Programa Família Paranaense/ BID está sendo desenvolvido projeto para atender com qualificação profissional as famílias em vulnerabilidade social do meio rural. Beneficiará 156 municípios já assistidos pelo Programa, qualificando dentro da Inclusão Produtiva.

Com recursos do Programa Família Paranaense/BID terá em início em 2020, projeto de Qualificação Profissional com o objetivo de atender famílias em alta vulnerabilidade em mais de 60 municípios. Os cursos serão ofertados às pessoas acompanhadas pelos Centros de Referência de Assistência (CRAS), estes cursos são em forma de arcos ocupacionais que compõem serviços domésticos, administração, alimentação, construção e reparos (revestimentos),

serviços pessoais e vestuário. Cada participante poderá fazer até quatro opções de cursos, de 60 horas cada. Estes cursos têm o diferencial, por serem direcionados a pessoas em vulnerabilidade social, de oferecer lanches, cuidadores e material didático. A meta é qualificar mais de 4.000 cidadãos.

Reativação da participação no Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), com a assinatura do Termo de Cooperação, iniciou-se o recadastramento e cadastramento de novos artesãos, associações e cooperativas. Retomou-se a emissão das Carteiras de Artesão, as quais darão condições aos artesãos de terem alvarás, propiciando vendas formais com a emissão de notas fiscais, além de participação dos artesãos em Feiras Nacionais.

Participação na ordenação e criação de fóruns de Economia Solidária (ECOSOL) em parceria com instituições que desenvolvem programas nesta área. Proposição de Decreto de Regulamentação da Economia Solidária no Estado do Paraná que beneficiará mais de 3.000 projetos no Estado (Decreto com previsão de assinatura em 2019.).

Para 2020 há a previsão de instituir, por Lei, o Programa Cartão Futuro no Estado do Paraná, que visa fomentar a inserção no mercado de trabalho de jovens aprendizes, em especial aqueles em situação de maior vulnerabilidade, proporcionando formação técnica, profissional e remuneração mensal. O programa tem como público alvo jovens entre 14 e 24 anos. Inicialmente, será priorizada a contratação de 20 mil jovens na faixa etária de 14 a 18 anos.

Está prevista a Capacitação de Agentes Públicos das 216 Agências do Trabalhador do Estado, equipes dos 24 Escritórios Regionais, Conselheiros Municipais do Trabalho e equipes municipais afetas à área do trabalho, com vistas à operacionalização do Fundo Estadual do Trabalho (FET/PR) - com previsão de 600 pessoas capacitadas.

Em desenvolvimento, Projeto para criar um Núcleo de Capacitação e Formação Empreendedora voltada ao Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária em parceria com universidades e empresas privadas, na Região Metropolitana de Curitiba, em função da incidência de criação de *startups* (berço de *startups*).

4. **Assistência Social**

A Política de Assistência Social é regida pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e, conforme previsto na Lei Orgânica de Assistência Social, entre as principais ações do Estado constam realizar o assessoramento técnico e o apoio financeiro aos municípios. São repasses continuados ou pontuais, fundo a fundo, voltados à qualificação dos serviços ofertados e à melhoria da qualidade de vida das famílias, que podem ser investidos em serviços das proteções básica, especial de média e alta complexidade, no aprimoramento. Os critérios de repasse são baseados em estudos técnicos, pactuados e deliberados na Comissão Intergestora Bipartite (CIB), no Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/PR) e no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PR), assegurando o protagonismo do controle social.

O Estado do Paraná, dentro da perspectiva da prioridade ao desenvolvimento infantil voltou a aderir ao Programa Criança Feliz do Governo Federal, que tem o objetivo de promover e apoiar o desenvolvimento infantil integral na primeira infância, com a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados pós-gravidez, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho do cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade. Foram realizadas as capacitações obrigatórias do Programa, a nível estadual participaram os técnicos da estrutura central da SEJUF, bem como os técnicos dos Escritórios Regionais, que serão os responsáveis por dar suporte aos municípios. Na sequência foram capacitados os técnicos municipais. Foi realizado o 1º Simpósio Paranaense do Programa Criança Feliz (julho de 2019). Dos 262 municípios elegíveis, 48 já aderiram ao Programa; a meta é implantar em todos os elegíveis.

Em função de novo alinhamento de políticas, está em elaboração do projeto da Nova Política Pública sobre prevenção, cuidados e reinserção social, aos usuários de drogas lícitas e ilícitas, com a participação do Ministério Público, Ordem de Advogados do Brasil, Secretarias Estaduais de Saúde e de Esporte e Educação e DETRAN.

Destaca-se o Programa Nota Paraná, no qual as Organizações da Sociedade Civil (OSC) que atuam na Assistência Social, devidamente cadastradas, acessam recursos para fortalecer as ações que desenvolvem. Foram destinados, até out/2019, R\$ 33,8 milhões, beneficiando desde a implantação, em 2016, 931 OSCs no Estado. Pela Gestão do SUAS, foram realizadas as análises e o apoio técnico às Organizações da Sociedade Civil e emissão de Declaração de Cadastro junto à SEJUF (268 análises) e ao Programa Nota Paraná (1.418 análises).

São realizados o assessoramento e apoio técnico aos 399 municípios sobre a Política de Assistência Social. São três áreas distintas de atuação. A Gestão do SUAS atua na elaboração, preenchimento e monitoramento dos instrumentos de Gestão tanto do Governo Federal quanto do Estadual (Plano de Ação, Demonstrativo Sintético Físico-Financeiro, Registro Mensal de Atendimento, Censo SUAS, etc).

Como o Estado do Paraná faz repasses regulares via fundo a fundo, um diferencial em relação aos outros Estados, há uma atenção especial na análise e orientação sobre Conselho, Plano e Fundo relacionados à Política Municipal de Assistência Social, pois a regularidade (documentação, atuação, periodicidade) é requisito básico para o recebimento de recurso. Em 2019, 392 municípios receberam atestado de regularidade, o que equivale a 98,25% dos municípios.

O Piso Paranaense de Assistência Social (PPAS I) é um cofinanciamento do Estado do Paraná aos municípios de Pequeno Porte I (até 20 mil habitantes) que tem como característica principal a possibilidade do município ter autonomia de planejar em que serviços da Assistência Social os recursos serão aplicados. São 172 municípios cofinanciados, a parcela mensal é de R\$ 6.250,00 por município, o que corresponde a R\$ 12,9 milhões ao ano.

Para 2020, há a previsão do Programa Capacita-SUAS, com a oferta de 3.000 vagas de capacitação de maneira descentralizada e a realização da Conferência Estadual de Assistência Social.

Na Proteção Social Básica foi realizado o assessoramento e apoio técnico aos serviços socioassistenciais que compõem a Proteção, sendo eles: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, bem como, aos Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais vinculados à Proteção Social Básica, além da Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais e Programa Bolsa Família.

Encontro Intersetorial de Gestores do Cadastro Único e Programa Bolsa Família para os municípios prioritários, com aproximadamente 200 participantes.

Realização de 12 turmas de Capacitação para Operadoras do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal, em parceria com a Caixa Econômica Federal, com a participação de 294 representantes dos municípios, e previsão de mais seis turmas, em novembro, com 150 vagas.

Apoio na mobilização para capacitação do Sistema de Condicionais do Programa Bolsa Família (SICON), na regional de Pato Branco, com a participação de 26 representantes dos municípios; curso de Entrevistadores do Cadastro Único para Programas Sociais, com a participação de 142 profissionais de diversos municípios, previsão de mais duas turmas até o final do ano; e para o curso de Gestores do Cadastro Único e Programa Bolsa Família, a ser realizado em novembro, em Curitiba, com 30 vagas.

Acompanhamento técnico aos 25 municípios que possuem Centros da Juventude (27 unidades) e ao Programa Bolsa Agente de Cidadania, têm como objetivo a participação social e cidadã e a inclusão sociocultural, e prevê o atendimento e pagamento de bolsa-auxílio aos adolescentes e jovens, prioritariamente em situação de vulnerabilidade e risco social, participantes aos Centros da Juventude. Adolescentes e jovens de 14 a 24 anos. Foram pagas 2.843 bolsas, de janeiro a setembro, com recursos oriundos do Fundo para Infância e Adolescência (FIA) e do Contrato do Programa Paraná Seguro/BID. Como destaque de 2019, a assinatura de contrato com a Associação de Pesquisadores dos Núcleos de Estudos e Pesquisas Sobre a Criança e o Adolescente (NECA), com o objetivo de elaborar metodologia de intervenção, acompanhamento e gestão dos Centros da Juventude. Para 2020, há a previsão de implantação e implementação da metodologia de trabalho para os Centros da Juventude;

Apoio à execução do Incentivo Benefícios Eventuais, cofinanciamento estadual de R\$ 1,8 milhão a 227 municípios, em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. Viabilização do Incentivo Benefício Eventual IV, criado pela Deliberação CEAS n.o 68/2019, contemplando 106 municípios, no valor de R\$ 1,9 milhão.

Para 2020, estão previstas a oferta de ações de educação permanente sobre os Serviços Socioassistenciais da Proteção Social Básica; encontros para multiplicadores de entrevistadores e gestão do Bolsa Família; ações de apoio técnico aos municípios que executam o ACESSUAS; cursos de capacitação relacionados ao Cadastro Único e Programa Bolsa Família e viabilização de recursos para novo repasse Incentivo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV II).

A Proteção Social Especial presta o assessoramento, acompanhamento, orientação e apoio técnico aos municípios ao que se refere aos Serviços Tipificados de Média e Alta Complexidade.

Os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) são os equipamentos onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados, ofertam os Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), podendo ofertar outros serviços, como Abordagem Social e Serviço para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias, e ainda, o serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.

No Estado do Paraná são 167 municípios que tem CREAS, sendo 189 unidades, segundo o Cadastro Nacional do SUAS (CadSUAS), em julho; destes, 23 recebem cofinanciamento estadual (PPAS III) no valor de R\$ 2,5 mil ao mês/unidade, montante de R\$ 57, 5 mil ao mês, totalizando R\$ 690, 0 mil ao ano. Em 2019, foram realizadas duas capacitações para novos profissionais de CREAS, com participação de equipe técnica de 40 municípios de pequeno porte. Em 2019, foi viabilizado recursos para o Incentivo Aprimora CREAS - incentivo financeiro (pontual) para aquisição de itens de investimento para os CREAS, no total de R\$ 6,6 milhões para 61 municípios, contemplando 70 unidades.

No Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop) 15 municípios recebem cofinanciamento estadual (PPAS II) para 20 unidades, no valor de R\$ 2,0 milhões ao ano.

O município de Curitiba recebe cofinanciamento para o Centro Dia para Pessoa com Deficiência, valor anual de R\$ 240,0 mil, ofertando atendimento especializado a pessoas com deficiência e suas famílias, havendo algum grau de dependência ou agravamento de limitações por violações de direitos.

Para o Serviço Especializado de Abordagem Social, recebem cofinanciamento estadual 20 municípios, no montante de R\$ 117,5 mil ao mês, totalizando R\$ 1,4 milhão ao ano. Serviço realizado por uma equipe de educadores sociais que identifica famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social em espaços públicos, como trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, uso abusivo de *crack* e outras drogas e faz os encaminhamentos necessários.

Acompanhamento aos municípios que formalizaram adesão ao Programa Estadual Liberdade Cidadã para o Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade

(PSC) aos adolescentes em conflito com a lei, e monitoramento da execução. 131 municípios receberam recursos oriundos do FIA, o que corresponde a R\$ 12.338.178,88 em execução.

Em relação aos Serviços de Alta Complexidade, há o cofinanciamento dos Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 anos (PPAS IV) para 99 municípios. Em 2019, foram revistas as metas de cofinanciamento, ampliando em 600 vagas cofinanciadas, que equivale a R\$ 150, 0 mil ao mês., resultando na ampliação de R\$ 1,8 milhão ao ano cofinanciado.

Acompanhamento aos 173 municípios que formalizaram adesão ao incentivo financeiro do Programa Estadual Crescer em Família, para os serviços de acolhimento institucional e/ou familiar para crianças e adolescentes até 18 anos, corresponde a R\$ 18,3 milhões em execução e a 85 municípios que receberam recursos do incentivo financeiro do Programa Estadual Crescer em Família, exclusivamente para o serviço de acolhimento familiar para crianças e adolescentes até 18 anos, corresponde a R\$ 4,2 milhão em execução.

Parceria com duas organizações da sociedade civil para Acolhimento de Pessoas Idosas - atendimento a 38 pessoas, no montante de anual de R\$ 767,4 mil.

Acolhimento para Pessoas com Deficiência - aproximadamente 180 atendimentos em parceria com quatro organizações da sociedade civil, aproximadamente R\$ 5,2 milhões ao ano. As vagas são dirigidas às demandas dos municípios de pequeno porte I e II, em serviços de acolhimento institucional para pessoas com deficiência, em situação de risco, com vínculos familiares rompidos, e proporcionando ações de reinserção familiar e comunitária.

Residências Inclusivas - manutenção do cofinanciamento estadual para cinco municípios, seis unidades de Residências Inclusivas Municipais, no valor de R\$ 5,0 mil ao mês, totalizando R\$ 360,0 mil ao ano. Serviço de acolhimento institucional voltado a jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, prioritariamente àqueles atendidos pelo BPC, que não dispunham de condições de autossustentabilidade ou de retaguarda familiar, ou ainda em processo de desinstitucionalização de abrigos de longa permanência. E manutenção do cofinanciamento de duas unidades de Residências Inclusivas Regionalizadas, com capacidade de 20 vagas e investimento anual de R\$ 360,0 mil.

Acolhimento para Adultos e Famílias (PPAS V) - manutenção do cofinanciamento estadual para quatro municípios, no valor de R\$ 25,0 mil ao mês, montante de R\$ 300, 0 mil ao ano.

Acolhimento Institucional a Pessoa em Situação de Rua, manteve-se o cofinanciamento estadual para 20 municípios, no valor de R\$ 229,2 mil ao mês, montante de R\$ 2,7 milhões ao ano.

Análise e assessoramento aos municípios quanto às solicitações de acolhimento a indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco por violações de direitos, com ou sem determinação judicial. Análise e atendimentos às demandas judiciais, nos processos tramitados pela PGE.

O destaque para 2019 foi a expansão do cofinanciamento para o Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência, 04 municípios (05 unidades), passam a receber o valor de R\$ 39,0 mil ao ano/unidade, montante de R\$ 195, 0 ao ano. E prevista a conclusão do processo de adesão, até dezembro, ao cofinanciamento estadual para Casa de Passagem Regionalizada com os municípios de Foz do Iguaçu e Curitiba.

Para 2020, há a previsão de ampliação da rede de serviços regionalizados de Residências Inclusivas e expansão do cofinanciamento para Residências Inclusivas municipais; implantação de serviços regionalizados em Repúblicas para jovens; realização de diagnóstico e indicadores de violência; realização de cursos voltados ao aprimoramento dos Serviços de Média e Alta Complexidade; Desenvolvimento de projetos e atividades com práticas restaurativas nos serviços de Média e Alta Complexidade; iniciar processo de reordenamento dos serviços de acolhimento institucional para pessoas idosas; a implantação de projeto piloto para acolhimento institucional de homens agressores; e ainda, a possibilidade, de formalização de parceria com OSC para realização de buscas de familiares dos acolhidos em instituições de longa permanência, visando reaproximação e fortalecimento de vínculos familiares.

4.1 Programa Família Paranaense

O Estado do Paraná em parceria com o BID instituiu o Programa Família Paranaense, programa cujo nome está sendo alterado para Programa Nossa Gente. O Programa além de atuar em Assistência Social, atua, por suas características de intersectorialidade, como Desenvolvimento Social e Enfrentamento a Pobreza.

Em 2019 foi formalizado o Termo de Acordo de Cooperação com o CIEE para oferta de cursos de qualificação profissional.

Foi realizada capacitação dos profissionais da assistência social para o trabalho social com as famílias com a utilização de contos. Realizado o aperfeiçoamento do sistema de acompanhamento das famílias com a inclusão do módulo de acompanhamento familiar com o prontuário de atendimento das famílias, atendendo a demanda dos municípios. Um destaque para 2019 é a disponibilização das informações à Defesa Civil para auxiliá-los na localização de famílias em vulnerabilidade social quando da ocorrência de Situações de Emergência e/ou Calamidade Pública, bem como a aproximação das equipes técnicas para que os comitês locais do Programa sejam replicadores das informações relativas Defesa Civil, buscando compartilhar ações de prevenção e como planejar e agir em caso de ocorrências.

Cofinanciamento de 207 municípios, no montante de R\$ 9,7 milhões para utilização na área de Assistência Social.

Expansão do projeto Caixa d'Água Boa para 134 municípios, com o objetivo de atender 3.500 famílias com a instalação de caixas d'água - parceria com a SANEPAR. Foram realizados pagamentos para 127 famílias, para execução do projeto Caixa D'Água Boa, totalizando o montante de R\$ 127,0 mil.

Para o Projeto Renda Agricultor foram repassados recursos para 1.468 famílias, montante de R\$ 3,3 milhões.

Realizados repasses para complementação de renda mensal para 70 mil famílias em extrema pobreza, tendo investido de R\$ 11,0 milhões, de janeiro a outubro, média de R\$ 1,1 milhão/mês.

Isenção de 1,4 milhão de faturas de energia elétrica, uma média de 160 mil famílias/mês, tendo investido R\$ 33,6 milhões, de janeiro a setembro, média de R\$ 3,7 milhões/mês.

Construção e entrega de cinco equipamentos da Assistência Social, sendo quatro CRAS e um CREAS; foram investidos R\$ 3,3 milhões.

Início da construção de 545 casas para a Redução do Déficit Habitacional, em parceria com a COHAPAR, com investimento de R\$ 31,0 milhões.

Início da construção de 535 casas do projeto de regularização fundiária, em parceria com a COHAPAR, com investimento de R\$ 47 milhões.

Destaca-se, em 2019, o recebimento do Prêmio Selo SESI ODS 2019 - pelo projeto complementar Renda Agricultor Familiar e o artigo na Revista IPEA de Inovação e Políticas Públicas com o tema Gamificação e Aprendizagem de Direitos e Benefícios Sociais.

Para 2020, a previsão é de construção e entrega de sete equipamentos da Assistência Social, quatro CRAS e três CREAS (R\$ 3,3 milhões); término da construção e entrega de 545 casas do projeto de redução do déficit habitacional (R\$ 31,0 milhões), término da construção e entrega de 535 casas do projeto de regularização fundiária (R\$ 47,0 milhões).

Espera-se ainda, a construção e entrega de mais 563 casas do projeto de redução do déficit habitacional (R\$ 37 milhões de investimento), formalização de contrato para oferta de 4.800 vagas de qualificação profissional em 60 municípios, ampliação do Projeto Renda Agricultor e Criação da estratégia Inclusão Produtiva Coletiva, em parceria com a SEAB/EMATER. Oferta de cursos de qualificação em Tecnologia da Informação.

Lançamento e distribuição dos seguintes materiais: Jogo de Políticas Públicas - Família em Ação; Sacolas térmicas do Leve Leite para os beneficiários do Programa Leite das Crianças; Coleção Temática Contos da Tradição Oral; Guia de Acompanhamento Familiar - Versão Final; Guia de Intersectorialidade.

E a continuidade na gestão e pagamento dos benefícios: Caixa D'Água Boa, Renda Agricultor Familiar, Complementação de renda às famílias em extrema pobreza, Luz Fraternal, Inclusão Produtiva Solidária e Aluguel Social.

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

ATIVIDADES	EMPENHADO (R\$)	PAGO (R\$)
Fundo Estadual da Assistência Social (FEAS)	73.288.881,94	62.291.940,33
Fundo Estadual da Saúde (FUNSAÚDE)	21.274.366,05	18.846.781,10
Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (FECON)	393.369,78	29.750,53
Fundo Estadual de Políticas de promoção da Igualdade Racial (FUNDEPPIR)	1.000.000,00	0,00
Fundo Estadual dos Direitos do Idoso (FEID)	591.090,00	524.387,98
Fundo Estadual para a Infância e Adolescência (FIA)	50.818.646,21	30.555.213,20

Garantia de Direitos da Mulher	679.892,40	550.048,46
Garantia de Direitos da Pessoa com Deficiência	62.999,00	62.999,00
Gestão Administrativa	15.787.068,75	12.161.919,03
Gestão do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda	15.951.177,39	15.086.340,30
Gestão do Sistema Socioeducativo	144.583.174,36	133.825.322,20
Luz Fraterna	46.354.999,00	26.110.600,56
Pessoal e Encargos Sociais	50.658.670,88	48.057.603,49
Políticas Públicas de Cidadania e Direitos Humanos	4.645.618,23	4.486.968,84
Sistema Intersectorial de Proteção à Família	11.276.003,65	4.939.647,93
TOTAL	437.365.957,64	357.529.522,95

FONTE: Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD - Novo Siaf em 06/01/2020.

Curitiba, 08 de abril de 2020